

Um cenário desfavorável

por José Casado
de São Paulo

O cenário da economia internacional que se antevê para 1985 não é nem um pouco favorável aos interesses do Brasil: a taxa de juros internacional ("prime rate") deverá subir ao patamar de 15%; haverá uma queda substancial das importações norte-americanas e um recrutescimento, em grande escala, do protecionismo na Europa e nos Estados Unidos.

Na interpretação do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, do ex-subsecretário do Tesouro dos EUA, Fred Bergsten, e do ex-secretário do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, Norman Bailey, o próximo governo brasileiro deverá assumir, em março, preparado para enfrentar tais circunstâncias e, se possível, com um projeto de política econômica voltada à expansão das exportações.

Medidas unilaterais de pressão externa e a montagem de uma estrutura de promoção dos produtos brasileiros no exterior deverão ser adotadas em breve, anunciou o deputado Marcus Vinicius Prati de Moraes, presidente da Comissão de Comércio Exterior, da Câmara Federal. "Até o fim do ano teremos uma lei estabelecendo formas de retaliação a países que praticam protecionismo contra produtos brasileiros", disse.

Bailey acha esse tipo de atitude "fundamental". Sua tese é de que o Brasil é um país que só retomará o rumo do crescimento econômico se conseguir fa-

zer uma renegociação ampla da sua dívida externa, na qual vincule o pagamento anual do "serviço" (juros e amortização) a um percentual fixo da receita obtida com exportações.

Como Rudiger Dornbusch, do Centro Europeu de Estudos Políticos, Bailey é um severo crítico da estratégia do Fundo Monetário Internacional (FMI) para levar os países devedores a um rápido ajuste de suas contas externas. "O programa imposto ao Brasil é no mínimo um contra-senso", observa.

Dornbusch concorda: "De fato, por esse programa, o Brasil tem de gerar um superávit para pagar os juros; mas, diz esse mesmo programa, que a base monetária não pode estourar muito. Então, como fazer um superávit, acumular reservas e cumprir a meta da base monetária? O FMI não dá a receita, porque é absolutamente inviável", argumenta.

O momento é propício aos governos latino-americanos a uma ação de forte pressão sobre os credores, observa o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, obtendo a concordância explícita do embaixador Walther Moreira Salles. "Isso é do jogo, e já na reunião de chanceleres latinos em Buenos Aires, agora em setembro, devem surgir propostas concretas de renegociação da dívida desses países", prevê. A seu lado, na mesa, Fred Bergsten meneava a cabeça, em sinal de assentimento. Finalmente, recomendou: "O mais interessante seria encontrar um meio-termo entre os juros fixos, como querem os endividados, e as taxas flexíveis, como desejam os credores".